C/2026/3918

1.9.2026

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

de 10 de julho de 2026

sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais da Alemanha

(C/2026/3918)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 121.º, n.º 2, e o artigo 148.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho ([1]), nomeadamente o artigo 3.º, n.º 3,

Tendo em conta a recomendação da Comissão Europeia,

Tendo em conta as resoluções do Parlamento Europeu,

Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité do Emprego,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Financeiro,

Tendo em conta o parecer do Comité da Proteção Social,

Tendo em conta o parecer do Comité de Política Económica,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (UE) 2024/1263 especifica os objetivos do quadro de governação económica, a saber, fomentar finanças públicas sólidas e sustentáveis, um crescimento sustentável e inclusivo e a resiliência, através de reformas e investimentos, e prevenir défices orçamentais excessivos. O regulamento dispõe que o Conselho e a Comissão realizam uma supervisão multilateral no contexto do Semestre Europeu em conformidade com os objetivos e requisitos estabelecidos no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Semestre Europeu inclui, em especial, a formulação, e a supervisão da aplicação, das recomendações específicas por país.

(2) Em 25 de novembro de 2025, a Comissão adotou um parecer sobre o projeto de plano orçamental da Alemanha para 2026. Na mesma data, com base no Regulamento (UE) n.º 1176/2011, a Comissão adotou o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2026, em que não identificou a Alemanha como um dos Estados-Membros em relação aos quais seria necessária uma apreciação aprofundada. A Comissão adotou ainda uma recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, uma recomendação de recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia e uma proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2026, que analisa a aplicação das Orientações para o Emprego e dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Conselho adotou a Recomendação sobre a política económica da área do euro ([2]) em 21 de abril de 2026, e o Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação sobre o capital humano na União Europeia em 9 de março de 2026.

([1]) Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho (JO L, 2024/1263, 30.4.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1263/oj).

([2]) JO C, C/2026/2434, 28.4.2026, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2026/2434/oj.

(3) Em 29 de janeiro de 2025, a Comissão publicou a Bússola para a Competitividade, um quadro estratégico que visa impulsionar a competitividade global da União nos próximos cinco anos. Este documento identifica os três imperativos de transformação – a saber, a inovação, a descarbonização e a competitividade –, bem como a segurança, como pilares fundamentais de um crescimento económico sustentável. Desde a sua publicação, a Bússola para a Competitividade tem servido de base aos trabalhos no âmbito do Semestre Europeu e assegura a coerência das políticas económicas dos Estados-Membros com os objetivos estratégicos da UE, criando uma abordagem unificada da governação económica que promove o crescimento sustentável, a inovação e a resiliência em toda a União.

(4) Em 2026, o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas continua a desenrolar-se paralelamente à execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) ([3]), agora na sua fase final. Os planos de recuperação e resiliência (PRR), a par do financiamento da política de coesão, têm sido essenciais para concretizar as prioridades estratégicas no âmbito do Semestre Europeu, uma vez que os planos tinham de responder de forma eficaz à totalidade ou a uma parte significativa dos desafios identificados nas correspondentes recomendações específicas por país formuladas em ciclos recentes, e que os programas financiados pela política de coesão europeia tinham de ter em conta as recomendações específicas por país. Agora que o MRR se aproxima do termo da sua vigência, é essencial manter e ter por base as reformas e investimentos apoiados e executados no âmbito deste mecanismo, em especial os que contribuem para dar resposta aos desafios identificados nas recomendações específicas por país.

(5) Em 3 de junho de 2026, a Comissão publicou o relatório específico de 2026 relativo à Alemanha. Nesse relatório, avaliou os progressos realizados pela Alemanha em resposta às recomendações específicas por país de 2025 e fez o balanço da execução, pela Alemanha, do PRR. Com base nesta análise, o relatório por país identificou os desafios mais prementes que a Alemanha enfrenta. O relatório avaliou igualmente os progressos realizados pela Alemanha na execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na consecução das grandes metas da União em matéria de emprego, competências e redução da pobreza e da exclusão social, bem como na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

(6) A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas repercussões constituem um desafio existencial para a União Europeia. A Comissão convidou os Estados-Membros a solicitar a ativação da cláusula de derrogação nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma coordenada, a fim de apoiar os esforços da UE para alcançar um aumento rápido e significativo das despesas com a defesa ([4]), tendo esta proposta sido acolhida favoravelmente pelo Conselho Europeu de 6 de março de 2025. Em 10 de outubro de 2025, o Conselho, após uma avaliação e recomendação da Comissão, adotou uma Recomendação que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Alemanha e que autoriza a Alemanha a desviar-se das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas determinadas pelo Conselho ao abrigo do Regulamento (UE) 2024/1263 (Ativação da cláusula de derrogação nacional) ([5]). O plano abrange o período de 2025 até 2029 e apresenta um ajustamento orçamental repartido ao longo de sete anos. O Conselho recomendou as seguintes taxas máximas de crescimento das despesas líquidas: 4,4 % em 2025, 4,5 % em 2026, 2,3 % em 2027, 1,7 % em 2028 e 1,6 % em 2029, o que corresponde às taxas máximas de crescimento cumulativas, calculadas por referência ao ano-base de 2024, de 4,4 % em 2025, 9,0 % em 2026, 11,5 % em 2027, 13,3 % em 2028 e 15,2 % em 2029. Ao mesmo tempo, na sequência do pedido da Alemanha, em 10 de outubro de 2025 o Conselho, sob recomendação da Comissão, adotou uma recomendação que autoriza a Alemanha a desviar-se das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas. O período de ativação da cláusula de derrogação nacional (2025-2028) permite à Alemanha rever as prioridades em matéria de despesa pública ou aumentar as receitas públicas, de modo a que um aumento duradouro das despesas com a defesa não ponha em risco a sustentabilidade orçamental a médio prazo.

([3]) Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (JO L 57 de 18.2.2021, p. 17, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/241/oj).

([4]) Comunicação da Comissão intitulada «*Accommodating increased defence expenditure within the Stability and Growth Pact*» [Criar possibilidades para um aumento das despesas com a defesa no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento], Bruxelas, 19 de março de 2025, C(2025) 2000 final.

([5]) Recomendação do Conselho, de 10 de outubro de 2025, que aprova o plano orçamental-estrutural nacional de médio prazo da Alemanha e que autoriza a Alemanha a desviar-se das taxas máximas de crescimento das despesas líquidas determinadas pelo Conselho ao abrigo do Regulamento (UE) 2024/1263 (Ativação da cláusula de derrogação nacional) (JO C, C/2025/5635, 22.10.2025, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2025/5635/oj).

(7) Em 30 de abril de 2026, a Alemanha apresentou o seu relatório anual de progresso de 2026 ([6]) sobre o cumprimento das taxas máximas de crescimento recomendadas para as despesas líquidas, a execução do conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento e a execução de reformas e investimentos tendentes a resolver os principais desafios identificados nas recomendações específicas por país. O relatório anual de progresso reflete igualmente os relatórios semestrais da Alemanha sobre os progressos realizados na execução do seu plano de recuperação e resiliência, em conformidade com o artigo 27.º do Regulamento (UE) 2021/241.

(8) O crescimento do PIB real em 2025 foi de 0,2 % e a inflação medida pelo IHPC situou-se em 2,3 %. Nas suas previsões da primavera de 2026, a Comissão aponta para um crescimento do PIB real de 0,6 % em 2026 e de 0,9 % em 2027, e para uma inflação medida pelo IHPC de 2,9 % em 2026 e de 2,7 % em 2027.

(9) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat ([7]), o défice das administrações públicas da Alemanha manteve-se constante, em 2024 e 2025, em 2,7 % do PIB. Com base nas medidas estratégicas conhecidas na data da finalização das previsões, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para um défice de 3,7 % do PIB em 2026 e para um défice de 4,1 % do PIB em 2027. O aumento em 2026 e 2027 reflete principalmente o aumento das despesas com infraestruturas e relacionadas com a defesa, bem como algumas medidas de desagravamento fiscal com efeito de redução da receita.

(10) Com base nas estimativas da Comissão, a orientação orçamental ([8]), que inclui as despesas financiadas tanto a nível nacional como da UE, foi globalmente neutra em 2025. Prevê-se que seja expansionista, tanto em 2026 como em 2027, em 1,3 % e 0,5 % do PIB, respetivamente.

(11) Com base nos dados fornecidos pelo Eurostat ([9]), a dívida pública da Alemanha aumentou, passando de 62,2 % do PIB em finais de 2024 para 63,5 % do PIB em finais de 2025. O aumento do rácio da dívida em 2025 reflete principalmente um ajustamento défice-dívida mais elevado nesse ano. Com base nas medidas estratégicas conhecidas à data da sua finalização, as previsões da primavera de 2026 da Comissão apontam para que o rácio dívida pública/PIB aumente para 65,8 % até ao final de 2026 e aumente novamente para 68,0 % até ao final de 2027. Os aumentos em 2026 e 2027 refletem principalmente os aumentos do défice primário.

(12) Com base nos dados do Eurostat ([10]), o total das despesas das administrações públicas com a defesa na Alemanha ascendeu a 1,5 % do PIB em 2025, o que corresponde a um aumento de 0,4 pontos percentuais do PIB em comparação com o ano de referência de 2021. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, prevê-se que atinjam 1,9 % do PIB em 2026, o que corresponde a um aumento de 0,8 pontos percentuais do PIB em comparação com 2021 ([11]).

([6]) Os relatórios anuais de progresso de 2026 estão disponíveis em: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-governance-framework/stability-and-growth-pact/preventive-arm/annual-progress-reports_en?prefLang=pt. .

([7]) Euroindicadores do Eurostat, 22 de abril de 2026.

([8]) A orientação orçamental é definida como uma medida da variação anual da situação orçamental subjacente das administrações públicas. Visa avaliar o impulso económico decorrente das políticas orçamentais financiadas tanto a nível nacional como pelo orçamento da UE. A orientação orçamental é medida como a diferença entre: i) o crescimento potencial a médio prazo e ii) a variação das despesas primárias líquidas de medidas discricionárias em matéria de receitas, incluindo as despesas financiadas por apoio não reembolsável (subvenções) do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e de outros fundos da União.

([9]) Euroindicadores do Eurostat, 22 de maio de 2026.

([10]) Eurostat, despesas públicas de acordo com a classificação das funções das administrações públicas (COFOG).

([11]) A definição de «despesas com a defesa» da OTAN difere da da COFOG. Além disso, podem existir diferenças devido ao momento de registo das despesas, em especial as relativas ao equipamento militar, uma vez que os relatórios da OTAN não seguem a regulamentação relativa às contas nacionais para o momento de registo.

(13) A União continua a fazer face a riscos de perturbações do aprovisionamento energético e de elevada volatilidade dos preços, exacerbados por tensões geopolíticas que afetam os mercados mundiais do petróleo e do gás. A experiência adquirida com a crise energética de 2022-2023 demonstrou que as medidas abrangentes e não direcionadas implicam custos orçamentais elevados e são social e economicamente ineficientes. Desde o início da guerra no Médio Oriente, em fevereiro de 2026, a Alemanha adotou medidas de política orçamental para atenuar o impacto dos elevados preços da energia nos agregados familiares e nas empresas ([12]). Estas incluem uma redução não direcionada do imposto sobre a energia no gasóleo e na gasolina para maio-junho de 2026. De acordo com as previsões da primavera de 2026 da Comissão, o custo orçamental destas medidas deverá ascender a cerca de 0,1 % do PIB em 2026. De acordo com as estimativas da Comissão, se as medidas permanecessem em vigor até ao final de 2026, o seu custo orçamental ascenderia a 0,2 % do PIB em 2026.

(14) Com base nos cálculos da Comissão, as despesas líquidas na Alemanha aumentaram 3,8 % em 2025. O crescimento das despesas líquidas em 2025 é inferior à taxa máxima de crescimento recomendada.

(15) De acordo com os cálculos da Comissão, as despesas líquidas na Alemanha deverão crescer 5,6 % em 2026 e, cumulativamente, 9,7 % em 2025 e 2026. O crescimento previsto das despesas líquidas em 2026 é superior à taxa máxima de crescimento recomendada, correspondendo a um desvio de 0,5 % do PIB em termos anuais. Considerando 2025 e 2026 em conjunto, a taxa de crescimento cumulativa das despesas líquidas é também superior à taxa máxima de crescimento recomendada, correspondendo a um desvio de 0,3 % do PIB em termos cumulativos. No entanto, o desvio previsto está em consonância com a flexibilidade proporcionada pela cláusula de derrogação nacional, com base nas atuais projeções para a despesa em defesa.

(16) A recomendação que aprova o plano de médio prazo da Alemanha especifica o conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento, juntamente com um calendário para a sua execução. Tendo em conta as informações fornecidas pela Alemanha no seu relatório anual de progresso, a Comissão considera que a execução das etapas principais destas reformas e investimentos, previstas para 30 de abril de 2026, parece estar, de modo geral, no bom caminho. A Comissão considera que, de um modo geral, a Alemanha cumpriu os seus compromissos de forma satisfatória ([13]).

(17) Em 3 de junho de 2026, a Comissão adotou um relatório nos termos do artigo 126.º, n.º 3, do TFUE ([14]). Esse relatório analisou a situação da Alemanha em relação ao critério do défice, uma vez que o seu défice das administrações públicas previsto para 2026 excedia o valor de referência de 3 % do PIB. O relatório concluiu que a Alemanha não cumpre o critério do défice. No entanto, a Comissão considerou que não existem motivos para dar início a um procedimento relativo aos défices excessivos em relação à Alemanha, uma vez que o Conselho ativou a cláusula de derrogação nacional para este país e o défice previsto acima do valor de referência em 2026 é plenamente explicado pelo aumento das despesas com a defesa desde 2021, com base nas previsões da primavera de 2026 da Comissão. À luz do que precede e tendo em conta o parecer do Comité Económico e Financeiro, previsto no artigo 126.º, n.º 4, do TFUE, a Comissão não propôs a abertura de um procedimento relativo aos défices excessivos.

([12]) Situação na data da finalização das previsões da primavera de 2026 da Comissão (4 de maio de 2026).

([13]) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento: Semestre Europeu de 2026 – Pacote da primavera, COM (2026) 200 final.

([14]) Relatório da Comissão, elaborado em conformidade com o artigo 126.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, 3.6.2026 COM(2026) 302 final.

(18) Após duas décadas de subinvestimento, o investimento público aumentou em percentagem do PIB, passando de 2,2 % em 2005 para 2,9 % em 2023 e 3,3 % em 2025. No entanto, o investimento público líquido, ou seja, o investimento após depreciações, continua a ser um dos mais baixos da UE, situando-se em 0,4 % do PIB. Esta situação demonstra a necessidade de continuar a reforçar o investimento público para aumentar o crescimento e a competitividade. Além disso, continuam a ser importantes novos esforços para simplificar os procedimentos de planeamento e aprovação e resolver os entraves à capacidade administrativa. As prioridades habituais de investimento com elevada rendibilidade incluem as escolas e a educação e acolhimento na primeira infância, as infraestruturas ferroviárias, bem como o sistema de inovação. A complexidade das estruturas federais, a fragmentação das responsabilidades e as capacidades financeiras limitadas a nível municipal podem dificultar a execução atempada e eficiente dos projetos.

(19) A percentagem relativamente baixa de investimento público em relação ao PIB está ligada à qualidade das finanças públicas, que poderia ser consideravelmente melhorada. Prevê-se que a execução do Fundo Especial para as Infraestruturas e a Neutralidade Climática continue a financiar investimentos públicos. Ainda assim, há margem para reforçar a adicionalidade e a qualidade das despesas ao abrigo do fundo especial. Uma maior ênfase na formação de capital em domínios que aumentem a capacidade produtiva e a competitividade da economia – nomeadamente infraestruturas destinadas a educação e ao desenvolvimento de competências – em vez de para fins de consumo pode ajudar a maximizar o impacto positivo no crescimento a longo prazo. Outro desafio para a qualidade das finanças públicas é a transferência para o sistema de pensões a partir do orçamento federal, orçada em 122 mil milhões de EUR em 2025, mantendo-se em cerca de 25 % das despesas públicas federais, o que reduz a margem para despesas mais produtivas. Os compromissos assumidos em 2025 no sentido de aumentar as pensões para as mães e de manter um rácio de 48 % de substituição das pensões estatutárias até 2031 deverão aumentar ainda mais as despesas com pensões. As opções de reforma do sistema de pensões destacadas no considerando 22 poderiam atenuar a necessidade de transferências orçamentais e de aumentos das contribuições para a segurança social, promovendo assim a equidade intergeracional. Novas análises das despesas e o seu acompanhamento com medidas estratégicas específicas, por exemplo, simplificação ou eliminação de subvenções não essenciais, podem dar origem a outras oportunidades para melhorar a eficiência global das despesas públicas.

(20) O envelhecimento demográfico está a exercer pressão sobre o índice de dependência de idosos, colocando, assim, em causa a sustentabilidade do sistema de pensões e a adequação das pensões estatutárias. Prevê-se que, entre 2025 e 2035, a população em idade ativa (dos 20 aos 64 anos) diminua de 49 milhões para 45 milhões. A sustentabilidade do sistema de pensões está também a ser posta em causa por opções atrativas de reforma antecipada e pela incapacidade de ter em consideração as pressões demográficas através do fator de sustentabilidade ou de ajustar a idade de reforma em função do aumento da esperança de vida. A revisão da indexação das pensões e o ajustamento dos limites máximos das contribuições poderiam ajudar a tornar o sistema de pensões mais sustentável. O relatório da comissão das pensões apresenta uma oportunidade para reformas ambiciosas e de grande alcance. Todo o sistema de pensões tem de assegurar uma prestação de velhice adequada; com regimes de pensões profissionais e individuais que complementem o pilar das pensões estatutárias. É aconselhável fazer uma melhor utilização das soluções de pensões assentes em capitais. A reforma de 2026 das pensões profissionais é um passo positivo, mas os regimes de pensões profissionais, a par dos regimes de pensões estatutárias para profissões regulamentadas, continuam fragmentados. Para alguns regimes, a supervisão é descentralizada para o nível dos *Länder*; para outros, as prestações não são financiadas, uma vez que não existe um conjunto específico de ativos que garanta os compromissos de pensão. Além disso, a falta de uma base de ativos sólida e a gestão e supervisão inadequadas de alguns regimes constituem um obstáculo ao aprofundamento dos mercados de capital de risco na UE. Acresce ainda que as pensões profissionais cobrem apenas cerca de 51 % dos trabalhadores sujeitos a contribuições para a segurança social e que esta percentagem tem vindo a diminuir, uma vez que o emprego se tem transferido para setores com menor cobertura de pensões profissionais. A inscrição automática dos trabalhadores num regime de pensões garantido por ativos poderia beneficiar, em especial, os trabalhadores com rendimentos mais baixos, que atualmente têm uma menor cobertura, melhorando a adequação das pensões. Tendo em conta a elevada taxa de poupança da Alemanha, as reformas devem dar prioridade aos grupos de baixos rendimentos, que atualmente poupam pouco para a reforma; além disso, seria desejável reafetar as poupanças para a disponibilização de mais capital às empresas, incluindo capital de risco, em vez de aumentar a taxa global de poupança.

No que diz respeito às pensões individuais, a reforma legislativa, que permite contas poupança-reforma (*Altersvorsorgedepot*) sem garantias obrigatórias, abre caminho à possibilidade de rendimentos mais elevados. Contudo, garantir a contenção dos custos de gestão dessas contas será um desafio fundamental para a execução. Tendo em conta a atual taxa de cobertura relativamente limitada (30 %) das pensões individuais, poderia prever-se um fundo público, que os aforradores em pensões utilizariam por defeito (ou seja, se não pretendessem escolher os seus próprios fundos), com baixos custos operacionais. Esta solução poderia também orientar o mercado em termos de custos e práticas.

(21) Uma estrutura fiscal favorável ao trabalho é fundamental para reforçar os incentivos ao aumento das horas trabalhadas. Os trabalhadores na Alemanha enfrentam uma das cargas fiscais mais elevadas da UE (incluindo os impostos sobre o rendimento do trabalho e as contribuições para a segurança social). Nomeadamente, os impostos elevados em conjugação com regras rigorosas em matéria de retirada de prestações (como a redução das prestações à medida que o rendimento aumenta) reduzem os incentivos para aumentar o número de horas trabalhadas, especialmente para as pessoas com salários baixos. As regras de tributação conjunta dos casais casados (*Ehegattensplitting*) desincentivam o aumento das horas trabalhadas para as segundas fontes de rendimento familiar, muitas vezes as mulheres. A Comissão para o Estado-Providência identificou recentemente potenciais melhorias relativas à racionalização da retirada de prestações e à digitalização da administração social, tendo também proposto melhorar a eficácia do sistema de proteção social e, assim, reduzir os riscos de pobreza, simplificando e melhorando o acesso às prestações. Acompanhar as reformas das prestações sociais de uma redução do imposto sobre o rendimento, especialmente para os rendimentos baixos e médios, tal como anunciado no acordo de coligação, e de regras ajustadas de tributação conjunta e de cobertura do seguro de saúde para os cônjuges, poderia aumentar consideravelmente os incentivos à oferta de mão de obra. A mudança de modelo fiscal no sentido de impostos com menores efeitos de distorção poderia aumentar o potencial de receitas alternativas, também a nível regional, bem como reduzir as subvenções fiscais prejudiciais para o ambiente, em vez de os aumentar.

(22) A participação sistemática, significativa e atempada das autoridades locais e regionais, dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas pertinentes continua a ser essencial para assegurar uma ampla apropriação com vista à execução bem-sucedida dos instrumentos de financiamento da União, bem como no contexto do Semestre Europeu.

(23) A execução dos programas da política de coesão, que incluem o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo para uma Transição Justa (FTJ) e do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) continua a ser, na Alemanha, inferior à média da UE, tanto em termos de seleção de projetos como de pagamentos. É importante intensificar e acelerar os esforços para assegurar a rápida execução dos investimentos, maximizando simultaneamente o seu impacto no terreno. A Alemanha já está a tomar medidas no âmbito dos seus programas da política de coesão para impulsionar a competitividade e o crescimento. Ao mesmo tempo, a Alemanha continua a enfrentar desafios em matéria de execução, nomeadamente relacionados com o cumprimento das metas de despesa no final de 2026. É essencial assegurar que os novos investimentos identificados pela Alemanha na sua revisão intercalar dos fundos da política de coesão, nomeadamente os relacionados com as cinco prioridades apontadas no regulamento relativo à revisão intercalar ([15]), sejam realizados de forma rápida e eficaz.

(24) A Alemanha enfrenta igualmente vários desafios relacionados com a inovação, a diversificação da economia, o dinamismo empresarial e o investimento privado, a digitalização da administração pública, as infraestruturas digitais, a acessibilidade dos preços da habitação, a dependência relativamente aos combustíveis fósseis, o investimento em sistemas energéticos e a descarbonização dos edifícios, dos transportes e da indústria, a oferta de mão de obra, as competências, a atração e retenção de talentos de países terceiros, os resultados escolares, bem como a disponibilidade de educação e acolhimento na primeira infância e de escolas a tempo inteiro.

(25) A inovação no setor privado está concentrada em grandes empresas, em regiões específicas e em setores de média tecnologia. As despesas das pequenas e médias empresas (PME) com I&D continuam a ser baixas (0,18 % do PIB em 2023, contra uma média da UE de 0,47 %). A atividade de inovação está concentrada nos setores de média tecnologia. O ambiente de inovação poderia beneficiar de mais financiamento público para a tecnologia profunda e a inovação transformadora. A produção de I&D diminuiu quando medida em percentagem das publicações mais citadas e dos pedidos de patentes. A Alemanha tem dificuldade em comercializar a investigação académica. Uma abordagem mais sistemática à transferência de conhecimentos, nomeadamente dando prioridade ao financiamento público da inovação disruptiva, poderia reforçar a conversão da investigação académica de elevada qualidade em produtos comercialmente viáveis. Atualmente, o processo é muitas vezes dificultado por limitações estruturais, como sistemas de financiamento e de incentivos à carreira que não dão prioridade adequada à comercialização, bem como negociações prolongadas e burocráticas em matéria de propriedade intelectual, que atrasam ou desencorajam a conversão da investigação em inovações prontas para o mercado. No que diz respeito à inovação de ponta, é importante reforçar os polos de elevado desempenho (por exemplo, através de iniciativas de excelência), promovendo simultaneamente ecossistemas de I&D adaptados e assegurando infraestruturas de investigação e de transferência de tecnologia para as empresas.

([15]) Regulamento (UE) 2025/1914 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2025, que altera os Regulamentos (UE) 2021/1058 e (UE) 2021/1056 no respeitante a medidas específicas para fazer face a desafios estratégicos no contexto da revisão intercalar.

(26) A transformação económica na Alemanha está a intensificar-se, tendo as insolvências de sociedades pessoais (*Personengesellschaften*) e sociedades de capitais (*Kapitalgesellschaften*) atingido o seu nível mais elevado em 20 anos. O número de empresas em dificuldade está a aumentar e os desafios estruturais são cada vez maiores, em especial nas regiões em transformação industrial. Por conseguinte, torna-se ainda mais crucial facilitar a entrada e o crescimento de empresas e acelerar a reafetação de recursos de empresas não viáveis para empresas produtivas e inovadoras, incluindo empresas em fase de arranque e empresas em fase de expansão. O número de empresas em fase de arranque recentemente criadas aumentou em 2025 em relação ao ano anterior, mas a atividade deste tipo de empresas continua abaixo do seu nível de 2018 e a propensão geral para criar uma empresa na Alemanha continua a ser relativamente baixa. A dependência da Alemanha em relação às indústrias de média tecnologia e um ritmo de inovação mais fraco sugerem que o país pode estar a sofrer efeitos de dependência nos locais em que prevalecem indústrias e tecnologias estabelecidas, enquanto os novos operadores enfrentam desafios para promover tecnologias emergentes e introduzir inovações na base industrial. O financiamento continua a ser um desafio fundamental para os jovens empresários, em especial para as empresas em fase de expansão. O reforço do papel dos investidores institucionais enquanto fornecedores de capital poderia contribuir para aprofundar os mercados de capitais e melhorar a eficiência e o crescimento do investimento. Embora vários programas públicos apoiem, principalmente através do banco de desenvolvimento KfW, o sistema de capital de risco, a redução da incerteza fiscal em relação às estruturas de parceria poderia tornar a gestão de fundos de capital de risco e de participações privadas na Alemanha mais atrativa para os gestores privados. De um modo mais geral, o financiamento das empresas poderia ser melhorado através de um mercado bancário mais eficiente, disponibilizando empréstimos a custos mais baixos e produtos mais flexíveis. Esta situação é dificultada por ineficiências operacionais: o rácio custos/rendimentos dos bancos alemães era de 58,3 % em março de 2025, em comparação com uma média da UE de 54 %. A consolidação, as fusões, nomeadamente com bancos de outros Estados-Membros da UE, e a centralização das operações poderiam reduzir consideravelmente essas ineficiências.

(27) O Governo tenciona reduzir os custos administrativos para as empresas em 25 % durante a atual legislatura. No entanto, os objetivos ambiciosos não parecem ser acompanhados de instrumentos essencialmente novos nem de uma consolidação de competências que promova uma redução efetiva dos encargos. Este aspeto é crítico, uma vez que muitas empresas comunicam atrasos (62 %) e um aumento dos custos operacionais (44 %) devido a interações administrativas. Instrumentos eficazes poderiam incluir regras simplificadas em matéria de provas documentais, uma utilização mais generalizada da aprovação administrativa por defeito e abordagens de taxa fixa, em vez de uma verificação exata caso a caso. Uma avaliação custo-benefício exaustiva poderia ajudar a garantir que o esforço associado a nova regulamentação é proporcional aos benefícios concedidos. Dada a centralidade da Alemanha no mercado único, é particularmente necessário reduzir os obstáculos nacionais e regionais ao comércio intra-EEE de bens e serviços, nomeadamente evitando uma aplicação nacional onerosa da legislação da UE e reduzindo os encargos de conformidade em matéria de embalagens e gestão de resíduos.

(28) A Alemanha está a envidar esforços no sentido de melhorar a digitalização dos seus serviços públicos, esforços esses que por enquanto não tiveram progressos mensuráveis muito significativos. O desempenho da Alemanha em relação às principais metas da Década Digital no que diz respeito à prestação de serviços públicos digitais aos cidadãos e às empresas continua a ser inferior à média da UE. As principais condições favoráveis à fluidez da administração digital, à identificação eletrónica e aos registos de dados conectados estão subdesenvolvidas. O país está atrasado em matéria de soluções digitais para instaurar e acompanhar processos em tribunais civis/comerciais e administrativos. Além disso, os serviços digitais recentemente desenvolvidos não são implantados de forma coerente em todas as regiões e municípios, o que limita a sua cobertura territorial e escalabilidade. Nos casos em que existem serviços digitais, muitas vezes estes não são suficientemente fáceis de utilizar, uma vez que os cidadãos e as empresas continuam a enfrentar procedimentos complexos, apenas parcialmente digitalizados e interações repetidas com várias autoridades. Esta situação aponta para uma necessidade mais ampla de modernizar a administração pública, com uma melhor coordenação ou responsabilidades ajustadas entre os diferentes níveis de governo. Os governos federais, regionais e locais poderiam alargar a sua utilização de módulos e normas digitais comuns e consolidar procedimentos administrativos que se sobrepõem. Essa modernização é também cada vez mais necessária para preservar a capacidade administrativa face à crescente escassez de pessoal, que torna a digitalização, a automatização e os procedimentos mais simples os principais facilitadores de uma administração pública eficaz e resiliente.

(29) A Alemanha continua a realizar progressos na expansão da sua infraestrutura de conectividade, criando legislação para facilitar o licenciamento da fibra ótica e das redes de comunicações móveis. No entanto, a cobertura de fibra até às instalações (FTTP) do país continuou a ser a segunda mais reduzida da UE. As persistentes lacunas a nível de cobertura, combinadas com disparidades regionais significativas, arriscam-se a restringir a competitividade, limitar o crescimento da produtividade e abrandar a adoção de tecnologias digitais com utilização intensiva de dados. A recuperação do atraso exige o cumprimento efetivo dos compromissos assumidos pelas autoridades federais e regionais, a fim de permitir a continuação do investimento pelo setor privado, sempre que possível, e prestar apoio público, sempre que necessário.

(30) Em 2025, o investimento em habitação na Alemanha diminuiu pelo quinto ano consecutivo, tendo registado uma contração de 20 % desde 2020, o que contribui para dificuldades em matéria de acessibilidade dos preços da habitação e para uma estagnação económica mais ampla. Um fosso crescente entre os preços de arrendamento nos contratos existentes e nos novos contratos conduz a um congelamento do mercado da habitação, limitando a mobilidade da mão de obra. As medidas de regulamentação das rendas não combatem as causas subjacentes à escassez de habitação e podem enfraquecer os incentivos ao investimento privado e dificultar a utilização eficiente da habitação disponível. Um ordenamento do território complexo e moroso pode impedir uma maior reafetação de terras para fins habitacionais ou de densificação. O «turbo da construção» adotado visa acelerar os procedimentos de planeamento e licenciamento, mas a sua adoção continua a ser desigual entre municípios. A redução dos custos de construção, que são os mais elevados da UE, é fundamental para disponibilizar mais habitação. A aplicação do anunciado «tipo E de habitação», uma norma mais simples e baseada nas necessidades no setor da construção, terá de proporcionar segurança jurídica aquando da aplicação de normas mais simples. Para fazer face ao desafio do investimento na habitação, é necessário inovar no setor da construção, simplificar e racionalizar ainda mais a regulamentação, digitalizar os processos, melhorar o ordenamento do território, melhorar as ligações de transporte, bem como aumentar o parque habitacional social e utilizar as unidades existentes de forma mais direcionada do ponto de vista social.

(31) A Alemanha continuou a fazer progressos na transição energética, nomeadamente aumentando a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. No entanto, os combustíveis fósseis continuam a representar uma parte substancial da matriz energética. Para cumprir os seus objetivos climáticos, a Alemanha deve acelerar ainda mais a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis em todos os setores, em especial no setor da habitação e dos transportes, apoiando simultaneamente a implantação eficaz em termos de custos das energias renováveis e a modernização das infraestruturas de rede.

(32) Apesar dos progressos realizados, subsistem desafios estruturais na integração eficiente de volumes crescentes e variáveis de produção de energias renováveis no sistema elétrico. O congestionamento da rede devido ao desajustamento geográfico entre a produção de energias renováveis e os centros de procura limita a plena utilização das energias renováveis, aumenta os custos do sistema e reduz a capacidade de transporte disponível para o comércio transfronteiriço. A Alemanha está a trabalhar no sentido de expandir a rede de transporte de energia, mas será necessário acelerar os progressos para garantir que um mínimo de 70 % da capacidade técnica transfronteiriça está disponível para comércio. Apesar dos recentes esforços nesse sentido, o aumento das taxas de rede nas regiões ricas em energias renováveis continua a ser um desincentivo para instalar a indústria perto de locais de produção. Uma reforma no sentido de tarifas de rede dinâmicas e regionalizadas poderia associar as taxas à carga real da rede, criando assim sinais de preços com base na localização. Embora a Alemanha tenha tomado medidas no âmbito do PRR e medidas nacionais para acelerar o licenciamento e apoiar soluções de flexibilidade, subsistem dificuldades na expansão da flexibilidade do sistema e na garantia de uma integração mais eficiente das energias renováveis no sistema elétrico. As opções de flexibilidade, como o armazenamento e a resposta da procura, ainda não estão implantadas a uma escala suficiente, o que limita a capacidade do sistema para acomodar a produção variável de energias renováveis sem intervenções dispendiosas. Além disso, a digitalização das redes de eletricidade, em especial a nível da distribuição, continua a registar um atraso, com evoluções particularmente lentas na implantação de contadores inteligentes, uma disponibilidade limitada de dados e a inexistência de normalização entre os operadores de rede.

(33) As emissões dos setores da habitação e dos transportes, abrangidos pelo Regulamento Partilha de Esforços da UE, continuam a exceder significativamente as metas de redução nacionais e europeias e as emissões industriais continuam a ser elevadas. A Alemanha terá de acelerar as medidas para descarbonizar estes setores, a fim de cumprir as suas metas climáticas e melhorar a eficiência energética. No setor dos edifícios, a Alemanha alargou as suas medidas de apoio financeiro existentes ao abrigo do PRR, mas são necessários mais esforços transversais em matéria de eficiência energética, incluindo reduções do consumo de energia primária, para alcançar as suas metas para 2030. No setor dos transportes, a adoção de veículos elétricos a bateria está a aumentar, apoiada por subsídios e incentivos fiscais. No entanto, os progressos continuam a ser insuficientes para cumprir as metas para 2030, em especial no que diz respeito à expansão das infraestruturas de carregamento para veículos pesados. É igualmente necessário um maior investimento na modernização, expansão e digitalização da rede ferroviária, de modo a apoiar a transferência modal do transporte rodoviário para o transporte ferroviário, em especial o transporte de mercadorias, no qual o transporte rodoviário continua a ser predominante. Apesar das medidas em curso financiadas ao abrigo do PRR e de outras iniciativas nacionais, grandes projetos ferroviários continuam a sofrer atrasos, ao passo que a implantação lenta de sistemas de sinalização digital, nomeadamente o Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS), continua a limitar a capacidade, a fiabilidade e a interoperabilidade transfronteiriça. Ao mesmo tempo, a segurança económica e a competitividade industrial da Alemanha dependem do rápido abandono da utilização de combustíveis fosseis por parte da produção industrial, nomeadamente as indústrias com utilização intensiva de energia. No entanto, a complexidade dos procedimentos de licenciamento, marcada pela sobreposição de jurisdições e pela repartição pouco clara das responsabilidades, continua a atrasar os investimentos críticos em tecnologias de produção industrial hipocarbónicas, não fósseis e neutras em carbono. Para resolver estes estrangulamentos, a Alemanha deve simplificar as aprovações de infraestruturas e instalações que contribuam para a transição para uma indústria limpa.

(34) Atendendo ao papel crucial do capital humano no reforço da competitividade e da autonomia estratégica da União, o Conselho, em 2026, recomendou que os Estados-Membros tomassem medidas para dar urgentemente resposta aos desafios estruturais relacionados com o capital humano no domínio das competências, da educação e da formação que comprometem a competitividade. As recomendações específicas por país de 2026 dirigidas à Alemanha podem contribuir para a aplicação da recomendação do Conselho sobre o capital humano na União.

(35) A escassez de mão de obra qualificada diminuiu, mas continua a constituir um obstáculo significativo ao crescimento, à produtividade e às transições digital e ecológica. No final de 2025, quase 30 % das empresas declararam ter sido afetadas pela escassez de mão de obra e a taxa de ofertas de emprego continua acima da média da UE. Embora a taxa de emprego seja elevada, a média de horas trabalhadas por trabalhador está entre as mais baixas da UE e continua a diminuir. Metade de todos os trabalhadores do sexo feminino trabalha a tempo parcial, o que explica em parte este facto. A escassez de mão de obra é agravada por lacunas e inadequações a nível de competências. As competências digitais estão a melhorar gradualmente, mas continuam a ser desiguais. A escassez de mão de obra é particularmente acentuada nos setores da prestação de cuidados e das TIC, no setor da construção e nas profissões científicas e técnicas, que exigem competências nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM). A escassez de mão de obra também afeta setores fundamentais para a transição ecológica, como o abastecimento de água, o sistema de esgotos, a gestão de resíduos e a energia. A escassez reflete, em parte, o desajustamento territorial e a inadequação de competências. Refletindo também o declínio da indústria transformadora, muitas regiões estão a passar por mudanças estruturais acentuadas, com capacidade limitada para absorver trabalhadores despedidos. Para acolher as mudanças estruturais, é necessário que os instrumentos políticos de apoio às transições entre empregos ganhem relevância e que seja dada especial atenção à promoção de mudanças profissionais e de mobilidade laboral regional, que é atualmente limitada pela baixa oferta de habitação em zonas com necessidades do mercado de trabalho, entre outros fatores. Para além destas medidas preventivas, um apoio abrangente às pessoas pouco qualificadas de todas as idades, especialmente as que não possuem um diploma profissional, poderia ajudar a Alemanha a combater a escassez de competências. Por último, existe um potencial inexplorado para atrair e reter talentos, por exemplo, acelerando, digitalizando e centralizando os procedimentos administrativos para a migração laboral e facilitando ainda mais o reconhecimento das qualificações, através de um processo mais rápido e mais transparente.

(36) Os resultados fracos e cada vez piores em matéria de educação, em especial no caso dos grupos desfavorecidos, e o número significativo de jovens que abandonam precocemente a educação e a formação agravam ainda mais a escassez de mão de obra qualificada. Entre um quarto e um terço dos jovens de 15 anos têm um desempenho fraco em matemática, leitura e ciências, e a percentagem de alunos com melhor desempenho também tem vindo a diminuir acentuadamente. O impacto do contexto socioeconómico dos alunos nos resultados escolares é muito elevado. Em 2022, 46,6 % dos alunos oriundos de meios desfavorecidos não alcançaram a proficiência mínima em matemática, o que representa um aumento considerável em relação aos 29,8 % registados em 2015. Além disso, dois terços (64 %) dos alunos nascidos no estrangeiro têm um fraco aproveitamento a matemática, em comparação com 21,9 % dos alunos não imigrantes, o que contribui ainda mais para o agravamento das disparidades socioeconómicas na educação. Quase um em cada sete jovens alemães (entre os 18 e os 24 anos) tem muito poucas ou nenhumas qualificações e é considerado como tendo abandonado precocemente a educação e a formação. A taxa de abandono precoce da educação e da formação na Alemanha é uma das mais elevadas da UE (13,1 % em 2025), tendo aumentado desde 2021. A tomada de medidas preventivas e corretivas, tendo em conta as diferenças regionais, poderia ajudar a reduzir o abandono precoce *da educação e da formação* e a melhorar os resultados escolares. Uma melhoria a nível da recolha de dados e da interoperabilidade dos dados entre as escolas, os serviços sociais e os diversos *Länder* permitiria um melhor acompanhamento dos percursos educativos, o que, por sua vez, ajudaria a adaptar o apoio aos alunos com fraco aproveitamento desde uma idade precoce, reforçando a escolaridade ou formação obrigatórias até aos 18 anos e proporcionando percursos de aprendizagem flexíveis. À medida que a digitalização da economia acelera, os investimentos na educação também têm de acompanhar o ritmo. Uma educação adaptada às necessidades é crucial para obter resultados eficazes, o que torna a escassez de professores particularmente preocupante – atualmente, a Conferência Permanente dos Ministros da Educação e dos Assuntos Culturais (KMK) prevê uma escassez de 49 000 professores até 2035.

(37) O reforço da qualidade da educação e acolhimento na primeira infância e das escolas a tempo inteiro poderia permitir o emprego a tempo inteiro dos cuidadores, muitas vezes mulheres, bem como promover a igualdade de oportunidades para as crianças. Metade das trabalhadoras trabalham a tempo parcial, um dos níveis mais elevados da UE. A prestação de cuidados a crianças e a familiares idosos é uma razão frequente para trabalhar a tempo parcial, em parte devido a uma lacuna na oferta de educação e acolhimento na primeira infância flexíveis e de qualidade e de escolas a tempo inteiro. Estima-se que faltem atualmente 300 000 vagas em estruturas de acolhimento de crianças e jardins de infância e que ainda seja necessário criar 150 000 vagas em escolas a tempo inteiro até 2029, com disparidades regionais em termos de necessidades não satisfeitas. O acesso a serviços de educação e acolhimento na primeira infância de qualidade e a escolas a tempo inteiro também pode ajudar a atenuar as desvantagens decorrentes do contexto socioeconómico e da proficiência da língua alemã. A implantação de um apoio linguístico normalizado a nível nacional na educação e acolhimento na primeira infância poderia ajudar a criar bases sólidas para a aquisição de competências básicas na escola primária, melhorando assim a equidade do sistema educativo alemão, caracterizado por uma inclusão muito precoce dos alunos em diferentes percursos. Atualmente, a percentagem de crianças de agregados familiares mais ricos inscritas em educação e acolhimento na primeira infância é quase o dobro da percentagem dos seus pares menos abastados. A expansão dos cuidados de longa duração eficientes em termos de custos, em especial os serviços domiciliários e ambulatórios, poderá também aliviar as responsabilidades de prestação de cuidados e promover a equidade intergeracional.

(38) Tendo em conta a estreita interligação entre as economias dos Estados-Membros da área do euro e o seu contributo coletivo para o funcionamento da União Económica e Monetária, o Conselho recomendou em 2026 que esses Estados-Membros tomassem medidas, nomeadamente no contexto dos seus planos de recuperação e resiliência, para dar execução à recomendação de 2026 sobre a política económica da área do euro. Relativamente à Alemanha, a recomendação (1) ajuda a aplicar a primeira, a segunda, a terceira, a quinta e a sétima recomendações específicas relativas à área do euro, a recomendação (2) ajuda a aplicar a quarta recomendação específica relativa à área do euro, a recomendação (3) ajuda a aplicar a quinta, a sétima e a nona recomendações específicas relativas à área do euro, a recomendação (4) ajuda a aplicar a sétima recomendação específica relativa à área do euro e a recomendação (5) ajuda a aplicar a quinta recomendação específica relativa à área do euro,

RECOMENDA QUE a Alemanha tome medidas em 2026 e 2027 no sentido de:

1. Continuar a respeitar as taxas máximas de crescimento recomendadas para as despesas líquidas pelo Conselho em 10 de outubro de 2025, aplicando simultaneamente a flexibilidade prevista na cláusula de derrogação nacional ativada pelo Conselho. Reforçar as despesas e a prontidão globais em matéria de defesa e segurança, assegurando simultaneamente a sustentabilidade da dívida e a eficiência das despesas e adaptando gradualmente o orçamento para manter despesas com a defesa estruturalmente mais elevadas. Assegurar que as medidas tomadas para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia tenham um caráter temporário, sejam orientadas para proteger os agregados familiares vulneráveis ou para dar resposta às necessidades das empresas com utilização intensiva de energia e preservem os incentivos à poupança de energia, e que o seu custo orçamental seja compatível com os compromissos assumidos no âmbito do quadro orçamental da UE. Continuar a executar o conjunto de reformas e investimentos que justificam a prorrogação do período de ajustamento, tal como recomendado pelo Conselho em 10 de outubro de 2025. Apoiar a implantação de investimentos públicos, alargando as medidas destinadas a acelerar os procedimentos de licenciamento e execução. Melhorar a qualidade das finanças públicas, assegurando que o novo Fundo Especial para as Infraestruturas e a Neutralidade Climática (*Sondervermögen*) aumenta o capital produtivo e limitando os subsídios e as transferências do orçamento federal para o sistema de pensões. Melhorar a sustentabilidade das pensões estatutárias, mantendo simultaneamente a adequação das pensões, nomeadamente através da promoção do prolongamento da vida ativa e do reforço dos regimes de pensões profissionais e individuais. Melhorar o modelo fiscal e a eficácia e eficiência do sistema de proteção social, a fim de reforçar os incentivos ao aumento das horas trabalhadas, nomeadamente pelas segundas fontes de rendimento familiar.

2. Assegurar a continuidade das reformas e investimentos executados no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Acelerar os esforços para executar os programas da política de coesão, recorrendo, se for caso disso, à reafetação a prioridades estratégicas e às flexibilidades acordadas no contexto da revisão intercalar do quadro da política de coesão.

3. Impulsionar a inovação transformadora, nomeadamente facilitando a comercialização da investigação. Facilitar a diversificação da economia e o dinamismo empresarial e impulsionar o investimento privado, apoiando o empreendedorismo, melhorando o acesso ao financiamento para as empresas em fase de arranque e as empresas em fase de expansão, simplificando a regulamentação e reduzindo os encargos administrativos. Acelerar a modernização e a digitalização da administração pública, nomeadamente reduzindo a complexidade entre os níveis de governo, aumentando a utilização de normas comuns e reformulando os serviços públicos para os tornar fáceis de utilizar e consistentemente disponíveis em todo o país. Acelerar a implantação de redes de comunicação digital de capacidade muito elevada. Melhorar as condições para os investimentos em habitação, a fim de tornar a habitação mais acessível em termos de preços, continuando a simplificar a regulamentação e os procedimentos, revendo a legislação em matéria de arrendamento, mobilizando mais terrenos para construção e reforçando a habitação social.

4. Continuar a reduzir o grau global de dependência relativamente aos combustíveis fósseis e facilitar a expansão das energias renováveis, nomeadamente promovendo sistemas flexíveis, como soluções de armazenamento, para reduzir os preços nos picos de procura. Orientar o investimento para um sistema elétrico eficiente em termos de custos e neutro em carbono, nomeadamente incentivando a produção de eletricidade renovável favorável à rede e padrões de consumo flexíveis, reforçando simultaneamente a integração regional através da expansão dos corredores de transporte e do apoio à integração transfronteiriça dos mercados e das redes de eletricidade. Promover a digitalização das redes elétricas, em especial a nível da distribuição, e avançar na implantação de contadores inteligentes. Acelerar o processo de descarbonização dos setores dos edifícios, da indústria e dos transportes, nomeadamente através da renovação e digitalização da rede ferroviária e da redução dos estrangulamentos no licenciamento de infraestruturas e instalações que contribuam para a transição para uma indústria limpa.

5. Aumentar a oferta de mão de obra e combater a escassez de trabalhadores qualificados, nomeadamente através do aumento das horas trabalhadas, do reforço das competências, da facilitação das transições para e entre empregos através de políticas ativas de emprego, e de uma melhor atração e retenção de talentos de países terceiros. Melhorar os resultados escolares, nomeadamente através da promoção da excelência, da prevenção do abandono escolar precoce da educação e da formação, bem como através da prestação de apoio específico aos grupos desfavorecidos. Melhorar a disponibilidade e a qualidade de educação e acolhimento na primeira infância e de escolas a tempo inteiro, bem como a disponibilidade de serviços de cuidados de longa duração eficientes em termos de custos.

Feito em Bruxelas, em 10 de julho de 2026.

Pelo Conselho

O Presidente

S. HARRIS